

## **PS/Açores alerta para falhas graves no acesso à saúde em Santa Maria e exige respostas do Governo Regional**

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores eleitos por Santa Maria manifestaram hoje profunda preocupação com o agravamento das condições de acesso aos cuidados de saúde na ilha, apontando a falta de medidas concretas por parte do Governo Regional para resolver os problemas existentes.

Segundo a deputada Joana Pombo Tavares, após uma reunião realizada no passado dia 9 de janeiro com os elementos do conselho de administração e direção de enfermagem da Unidade de Saúde de ilha de Santa Maria, “a carência de profissionais de saúde, associada às dificuldades no acesso à habitação, que representa um entrave à fixação de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica e ao aumento das dívidas da Secretaria Regional da Saúde àquela Unidade de Saúde, está a comprometer o trabalho daquele conselho de administração, bem como a qualidade de vida dos marienses”.

“A Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria enfrenta uma situação insustentável, com apenas um médico de Medicina Geral e Familiar a atender todos os utentes da ilha. Além disso, a falta de respostas para a movimentação de médicos especialistas e para a abertura de concursos de contratação agrava as desigualdades no acesso à saúde”, frisou a deputada.

“Também são preocupantes as listas de espera para consultas de especialidade e para cuidados continuados, assim como os casos sociais que sobrecarregam os serviços de internamento”, acrescentou a socialista.

Estas preocupações levaram os deputados Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa a apresentarem um requerimento na Assembleia Legislativa Regional que questiona o Governo de Coligação sobre que medidas imediatas pretende tomar para colmatar as necessidades de saúde, quais as estratégias para facilitar a fixação de profissionais e para quando está previsto o pagamento da dívida que já soma mais de 1,3 milhões de euros à USI Santa Maria, que está a limitar a capacidade de resposta da unidade.

“Não podemos continuar a deixar ao abandono da população de Santa Maria sem exigir responsabilidades. O Governo Regional tem de agir de imediato para garantir que os marienses tenham acesso aos cuidados de saúde que são um direito básico e constitucional”, concluiu Joana Pombo Tavares.

Vila do Porto, 23 de janeiro de 2025